



Foto: reprodução

***O MITO DA CIDADE GLOBAL: O PAPEL DA IDEOLOGIA
NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO***

João Sette Whitaker Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2007.

Resenha | por Laura Machado de Mello Bueno, Samuel Cusin Pupo

Professora Doutora | Pontifícia Universidade Católica de Campinas | Centro de Ciências Exatas Ambientais e de Tecnologias | Programa de Pós-Graduação em Urbanismo | Rod. D. Pedro I, km 136, Parque das Universidades, 13086-900, Campinas, SP, Brasil | Correspondência para/Correspondence to: L.M. de M. BUENO laurab@puc-campinas.edu.br

Mestrando | Pontifícia Universidade Católica de Campinas | Centro de Ciências Exatas Ambientais e de Tecnologias | Programa de Pós-Graduação em Urbanismo | Campinas, SP, Brasil

O livro *O mito da cidade global* — O papel da ideologia na produção do espaço urbano, de João Sette Whitaker Ferreira, foi publicado em 2007 pela Editora Vozes Ltda. Baseia-se na tese de doutorado defendida na FAUUSP em 2003, orientada por Ermínia Maricato, e que conquistou o 1º lugar no concurso de teses da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR) em 2005. João Whitaker, como é mais conhecido, é arquiteto urbanista e economista, professor da FAU Mackenzie e da FAUUSP. Essa dupla formação, aliada a uma visão de mundo crítica e humanista, certamente alimentada pela infância e adolescência vividas na França, devido ao exílio do pai durante o período da ditadura militar, fazem da obra uma importante referência, que deve tornar-se uma obra “clássica” na área de Arquitetura e Urbanismo.

É impossível promover uma reflexão do espaço urbano brasileiro sem levar-se em consideração a abissal desigualdade entre as suas classes sociais e a insustentável concentração de renda promovida pela modernização capitalista brasileira, ou nas palavras de Maria da Conceição Tavares, “*modernização conservadora*”. A esse respeito, João Sette Whitaker Ferreira em seu livro contribui descortinando o mito que há por trás das características do crescimento brasileiro apoiado na valorização de determinados setores da economia e transpõe esse fato para a expansão da cidade:

[...]Sobre uma cidade que exclui e relega à indignidade metade da sua população, é sobreposta uma matriz modernizadora, ancorada no discurso ideológico da “cidade global”, e apoiada no mito do crescimento que, como já havia mostrado Florestan Fernandes, sempre conseguiu ludibriar as classes médias, por sua suposta capaci-

dade de promover a modernização do país e o crescimento econômico, sem que a superação da exclusão socioespacial sequer entrasse em pauta. No máximo, defende-se um suposto e inverossímil “poder de sinergia” de umas poucas e privilegiadas centralidades econômicas, que seriam capazes de alavancar a superação da pobreza na cidade toda. Por isso legitima-se que tais centralidades recebam virtuosos investimentos públicos, que na prática só favorecem os setores burgueses hegemônicos nas dinâmicas de produção da cidade (p.219).

O livro mostra como os agentes do setor imobiliário, apoiados em relações patrimonialistas e confusas entre o público e o privado, intensificam o abismo e a fratura entre a cidade formal e a informal, processo intensificado pelas ações de planejamento do poder público. O autor apresenta como os investimentos realizados pelo poder público e a sua aproximação com o mercado imobiliário são essenciais, pois permitem a apropriação de vantagens locacionais competitivas decorrentes da agregação de valor gerada por esses investimentos em infraestrutura urbana, atendendo à “máquina do crescimento”.

Ferreira é um dos pesquisadores que mais têm contribuído no sentido de desvendar a presença de agentes capitalistas locais ocultos pelo mito das “cidades globais”, conceito que na realidade dos países da periferia do capitalismo mundial não passa de um estruturado aparelho ideológico a serviço da “máquina do crescimento urbano”, conforme é possível desvendar em seu livro. É um dos poucos estudos empíricos sobre os diversos aspectos do setor imobiliário brasileiro, especialmente o da metrópole paulistana. Possibilita um entendimento real das formas de produção do espaço urbano — as empreiteiras, os incorporadores, os financiadores, as relações com o capital nacional regional e internacional em suas diferentes formas geradas pelo capitalismo contemporâneo. A capacidade de compreender e explicar a espacialidade do espaço intraurbano e os mecanismos políticos e econômicos da articulação de sua produção resultam em uma obra rica, de leitura fluida e didática.

Ferreira inicia o livro contextualizando criticamente os conceitos de “cidade global” ou “cidade mundial” a partir das vertentes teóricas que abordam esses fenômenos como novas configurações espaciais voltadas ao setor terciário moderno da economia capitalista, sem dar a devida importância às gritantes desigualdades sociais que caracterizam as cidades modernas no mundo subdesenvolvido. A questão central dessa vertente é proposta pela autora Saskia Sassen em sua obra *The Global City* e reside na relação entre as transformações econômicas decorrentes da “globalização” e os papéis exercidos pelos grandes centros urbanos nesse processo. Para Sassen, esses novos centros estratégicos se caracterizam por seu perfil essencialmente terciário, que lhes dariam uma nova importância em detrimento daquela que tinham as metrópoles industriais fordistas do passado, cabendo às cidades a necessidade de se enquadrarem nesse perfil e encontrarem “receitas” para se tornarem “cidades globais” — receituário esse que gerou teorias como do planejamento estratégico e marketing urbano¹, que o autor abordará no decorrer do livro.

É sob essa perspectiva que uma série de autores começou a estabelecer um conjunto de atributos necessários à “cidade-global”. Para esses teóricos é clara a ideia de que haveria uma relação entre a globalização econômica, caracterizada pela desregulamentação dos mercados financeiros e o surgimento de uma nova matriz urbana, característica desse novo cenário econômico. A “globalização” por meio da ideia de “cidade-global” insere-se no mundo do planejamento urbano:

Assim, da mesma forma que surge, com o processo de expansão da globalização econômica, um verdadeiro receituário para orientar os países periféricos a seu novo papel no “ajuste” da economia-mundo capitalista, cujo modelo mais conhecido foi o Consenso de Washington, há certa lógica no fato de surgirem também cartilhas orientadoras das políticas de “gestão urbana” a serem adotadas para “inserir” a cidade no mundo globalizado (p.116).

Essa matriz teórica também pode ser incorporada em cidades do Terceiro Mundo, como São Paulo — representada nessa perspectiva por uma suposta significativa produção de edifícios de escritórios na região da Marginal Pinheiros, voltados ao setor terciário e ancorados nas “dinâmicas econômicas globais”.

Diante dessa constatação, o autor se empenhará ao longo do livro em questionar essa construção ideológica, ou o que ele chama de “manobra retórica com um forte componente ideológico” (p.25), desconstruindo a abordagem que os teóricos da cidade global buscam enaltecer, ou seja, que exista algum “fato novo” capaz de dar a cidade de São Paulo um novo *status* global, desconsiderando o fato de que a cidade já era o principal centro econômico e financeiro do Brasil e da América Latina há pelo menos um século antes das recentes transformações da economia. Além desse fato, o autor sustenta, a partir de dados concretos e empíricos, que o universo dos empreendimentos terciários em nada corresponde à miséria que assola grande parte da cidade de São Paulo e das demais metrópoles brasileiras, fruto da industrialização periférica e da expansão imperialista do capitalismo a partir dos anos 1950 — e particularmente no Brasil resultado da estratégia desenvolvimentista da burguesia brasileira em associação com a necessidade expansionista do capitalismo internacional.

Esse é o objetivo central do livro, mostrar que os “atributos” comumente vinculados às cidades globais não se aplicam à cidade de São Paulo. Como hipótese do trabalho, o autor sugere um fenômeno de construção ideológica que tenta universalizar a ideia que São Paulo é uma cidade-global, quando na verdade há uma generalização de determinadas “ilhas” na cidade, legitimando assim os interesses daqueles que ganham com a consolidação dessas áreas e atendendo aos interesses específicos dos setores dominantes mais tradicionais do mercado imobiliário.

Para desconstruir os fundamentos conceituais hegemônicos da teoria da “cidade global” em São Paulo, Ferreira manifesta sua crítica denunciando o “vício” presente nos meios

intelectuais brasileiros, de importar, sem o devido cuidado, teorias “prontas” do exterior, assim como o fazem Maricato (1996 e 2000), Ribeiro & Cardoso (1994) e os clássicos pensadores da realidade brasileira Celso Furtado, Roberto Schwarz, Sérgio Buarque de Holanda e outros.

Exemplar nesse equívoco da transposição da teoria da “cidade mundializada” para a realidade paulistana está nos exemplos apontados. Enquanto na análise de Sassen e Castells se faz crer que a terceirização e a consequente diminuição do emprego industrial seria uma tendência geral da economia global e comum a todos os países capitalistas, Ferreira aponta que na Região Metropolitana de São Paulo muito mais significativo quanto à diminuição de postos de trabalho no setor industrial está o aumento do setor informal e a desestruturação do mercado de trabalho do que propriamente uma “substituição” de empregos industriais pelos de serviços. Outro equívoco da teoria hegemônica diz respeito à localização das novas atividades terciárias, frequentemente associadas à saída das indústrias da cidade. No caso da Marginal Pinheiros, atualmente tomada pelas torres terciárias, elas surgiram em áreas originalmente vazias ou ocupadas por sobrados, pouco afetando a presença de indústrias.

Na realidade, o surgimento e a concentração dos edifícios inteligentes na região da marginal Pinheiros, servindo ao setor terciário, de acordo com o autor — e essa é uma hipótese trabalhada ao longo do livro —, se deu muito mais em função,

[...]da visão de oportunidade dos empresários locais do setor imobiliário face a uma nova demanda surgida graças a abertura neoliberal, do que propriamente um fenômeno quase “natural” de “adaptação necessária” da cidade a novas dinâmicas econômicas que exigiriam, também quase “naturalmente” e parafraseando Sassen, a ‘integração com os mercados mundiais’ (p.72).

Tal hipótese contradiz aquilo que o “pensamento único” preconiza, ou seja, a ideia de um novo centro de negócios abrigando o “terciário avançado” surgido quase que como uma reação natural à suposta globalização da economia, e que de uma forma bastante significativa — tal qual é apresentando convincentemente por Ferreira ao longo do livro — foi amplamente difundida tanto na mídia quanto no governo ou nos meios acadêmicos.

O conceito de “globalização” da economia difundida pelos precursores teóricos da cidade global, sob a qual Ferreira se debruça e condena, é aquele no qual Sassen e Castells, a partir de uma visão eminentemente liberal, sustentam que estaríamos vivendo em uma economia “pós-industrial”, ou uma sociedade “informacional”, decorrente, do que David Harvey (1992) chamou de “reestruturação produtiva”, ou seja, a passagem de um sistema rígido para flexível de acumulação de capital. No entender de Ferreira, no Brasil, o termo “globalização” foi empregado na década de 1990 pelas classes dominantes, pelos setores empresariais e pela grande mídia, transformando-se em sinônimo de “modernidade”, mas que na verdade nada tem de novo, e cuja finalidade não era outra senão escamotear um “ajuste” necessário face a crise estrutural do mundo capitalista, orientada pela famosa

cartilha do “Consenso de Washington”. Trata-se de um conceito essencialmente ideológico, de acordo com o autor, sendo na realidade a continuidade de um mesmo processo, com a reimposição de uma nova matriz capitalista de incorporação de progressos técnicos sobre uma sociedade que ainda não resolveu sua histórica situação de subdesenvolvimento, e que alia a extrema dependência externa à profunda desigualdade interna.

Em certo momento do livro, Ferreira questiona então de que maneira as transformações reais ocorridas na economia global, decorrentes da re-estruturação produtiva — e não seus desdobramentos ideológicos —, poderiam estar influenciando na estruturação do espaço e, mais especialmente, do espaço urbano. Ele lembra que a ideologia da globalização construiu, no campo urbano, um paradigma de cidade supostamente capaz de “adaptar-se” a seus efeitos. Trata-se, segundo ele, de uma espécie de modelo ao qual as cidades conseguem ou não se alinhar. A crítica mais perspicaz desenvolvida por Ferreira, e que se torna largamente um avanço crítico com relação ao modelo teórico da cidade-global, refere-se exatamente à abordagem exógena desse modelo, ou seja, as forças da globalização criam uma nova demanda que deve ser atendida, sem, no entanto, os seus pensadores se preocuparem em analisar os processos intraurbanos da produção da cidade, e a maneira como se comportam nesse novo cenário globalizado. Usando São Paulo e a Avenida Berrini com suas grandes torres como exemplo, Ferreira demonstra como o processo de internacionalização do setor imobiliário terciário é um mito, posto que os grandes fundos de pensão atuantes no financiamento desses edifícios na passagem dos anos 1980 para os 1990 são todos brasileiros e, em sua maioria, ligados a empresas estatais.

Baseado em autores como Wilderode (2000) e Harvey, Ferreira estrutura seu pensamento invertendo a lógica liberal da produção da cidade ao abordar o papel das cidades no cenário econômico contemporâneo pelo lado da produção da cidade, e não apenas pelo da demanda. Nesse sentido, a dinâmica do setor imobiliário não é uma consequência inevitável das transformações oriundas da reestruturação produtiva, mas claramente opções estratégicas de investidores capitalistas. Sob essa vertente, Ferreira refuta a lógica liberal do planejamento urbano da Escola de Chicago ao propor que os estudos urbanos devem partir da compreensão dos processos de formação do espaço a partir da relação dialética entre Estado e mercado, sendo central nessa análise os fatores endógenos que movimentam a disputa pelo espaço construído, ou a própria dinâmica da produção do espaço — que deve associar a formação do urbano a uma disputa social, política e econômica mais complexa. Para dar conta dessa lógica em torno das dinâmicas internas da produção capitalista na construção da cidade, Ferreira utiliza a teoria da “máquina do crescimento”, elaborada Logan & Molotch (1987), e que é central em seu pensamento. De acordo com esses autores, as chamadas “classes rentistas” se organizam em coalizões que envolvem os proprietários fundiários, os políticos locais, a mídia, as agências de serviços públicos, setores sindicais, instituições culturais, comerciantes, enfim, todos aqueles que têm a ganhar com o “crescimento” da cidade. O uso desse conceito de “crescimento” pelas coalizões das elites urbanas

implica um forte trabalho ideológico para legitimá-lo na sociedade e hegemonizar a posição dos capitalistas urbanos sobre os defensores do “valor de uso”. A criação de novos espaços como novos produtos esclarece o caráter da cidade como mercadoria, liderado por um setor do capital sempre muito articulado com os proprietários e com os gestores públicos, mas deles diferenciados, pois com interesses específicos no desenvolvimento urbano, leia-se a valorização de determinados espaços. Assim, a “máquina do crescimento urbano” se atém com muito mais ênfase às dinâmicas intraurbanas de produção da cidade.

A abordagem de Logam & Molotch torna-se mais interessante se utilizada como abordagem para compreender o novo contexto econômico pós-reestruturação produtiva, que encontra como eco urbano a ideia de competitividade entre as cidades. Esses autores, assim como Arantes et al. (2000), de acordo com Ferreira, se diferenciam estruturalmente dos pensadores da cidade-global ao mostrarem que:

[...] as novas características da economia mundial podem até conformar uma nova situação de demanda e, conseqüentemente, um novo perfil de cidades adaptadas a ela — como defendem teóricos da cidade-global com Sasken ou Castells — mas sobretudo propiciaram um contexto favorável à estruturação de uma ‘máquina’ de produção do espaço controlada por uma coalizão das elites, que se apropria nessas condições para fomentar, com o uso da ideologia e ‘compassada com o novo espírito gerencial do capitalismo’ (Arantes, 2000, p.25), um contexto favorável aos seus negócios urbanos (p.155).

Embora se trate de um fenômeno observado em cidades europeias e norte-americanas, Ferreira considera essa teoria bastante explicativa para a realidade da cidade de São Paulo. Para corroborar sua tese da “máquina do crescimento” em São Paulo, ele ainda se utiliza do estudo de Villaça (2001), para o qual as classes dominantes conseguem exercer sua hegemonia de tal forma que determinam as dinâmicas intraurbanas de crescimento da cidade e as direcionam para as áreas que lhes interessam, essas sendo evidentemente aquelas que gozam de uma diferenciação (em função da infraestrutura e acessibilidade que dispõe), sendo portanto valorizadas.

A principal característica da “maquina do crescimento” paulista — e aí reside o principal argumento teórico do autor — é justamente o alcance dos *lobbies*. Um conjunto de coalizões atuantes dentro do setor de interesses mais amplos das classes dominantes — e no caso da cidade de São Paulo, a cidade formal e o quadrante sudoeste — que envolvem os empreendedores e o poder público. É uma “máquina do crescimento” baseada nos traços patrimonialistas da sociedade e do Estado brasileiros, que geram, de acordo com o autor, certa promiscuidade nas relações público-privadas. Como há de fato duas cidades, a formal e a informal, a disputa existente concentra a ação pública na esfera da cidade formal, contribuindo para o descaso generalizado para com a cidade informal e aprofundando a fratura social urbana em níveis cada vez mais graves.

NOTA

1. Influência sobretudo dos teóricos do planejamento urbano que defendem e difundem a ideia da cidade-global, dentre os quais destacam-se Saskia Sassen, Castells e os urbanistas catalães, cujo maior expoente é Jordi Borja.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, O.B.; MARICATO, E.; VAINER, C. *O pensamento único das cidades: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000. (Coleção Zero à Esquerda).
- FERREIRA, J.S.W. *O mito da cidade global o papel da desigualdade na produção do espaço*. São Paulo: Editora Unesp, 2007
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- LOGAN, J.; MOLOTCH, H. *Urban fortunes: the political economy of place*. California: University of California Press, 1987.
- MARICATO, E. *Metrópole na periferia do capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 1996. (Série Estudos Urbanos).
- MARICATO, E. Planejamento urbano no Brasil: as ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, O.E.; MARICATO, E.; VAINER, C. *O pensamento único das cidades: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000. (Coleção Zero à Esquerda).
- RIBEIRO, L. C.; CARDOSO, A. L. Planejamento urbano no Brasil: paradigmas e experiências. *Espaço e Debates*, v. 14, n. 37, pp.77-89, 1994.
- VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Fapesp, 2001.
- WILDERODE, D.J.V. *Cidade a venda: interpretações do processo imobiliário*. 2000. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2000.